

A IMPORTÂNCIA DO PROJETO DOM HELDER CÂMERA (PDHC) PARA OS AGRICULTORES FAMILIARES DO SEMIÁRIDO: UMA ANÁLISE A PARTIR DOS DADOS DO PROJETO MONITORA UNB/SEAD

THE IMPORTANCE OF THE DOM HELDER CAMERA PROJECT (PDHC) FOR FAMILY FARMERS IN THE SEMIARID REGION: AN ANALYSIS BASED ON DATA FROM THE MONITORA UNB/SEAD PROJECT

Luane Sousa Aguiar

Doutoranda em Desenvolvimento Sociedade e Coop. Internacional – PPGDSCI/UnB.

E-mail: luane.aguiar7@gmail.com

Luiz Guilherme de Oliveira

Professor da Unidade de Brasília – UnB

E-mail: lgoliveira@unb.br

Mário Lúcio de Avila

Professor da Universidade de Brasília

E-mail: unbavila@gmail.com

Paula Daniella Prado Ramos

Doutoranda em Desenvolvimento Sociedade e Coop. Internacional PPGDSCI/UnB.

E-mail: dannyprado8@gmail.com

Alberto Abadia dos Santos Neto

Doutorando em Desenvolvimento Sociedade e Coop. Internacional PPGDSCI/UnB.

E-mail: alberto.faculdadecna@gmail.com

Recebido em 15 de junho de 2022

Aprovado em 12 de agosto de 2022

RESUMO

As políticas públicas para o Semiárido brasileiro, possuem um contexto histórico. Entretanto, notou-se no início deste século que, os resultados das políticas empregadas à região não eram suficientes para propiciar o desenvolvimento. Desse modo, outras iniciativas importantes vieram a somar as políticas já existentes. Arelado a tais iniciativas, nasce o Projeto Dom Hélder Câmara (PDHC), elaborado, especialmente, para os agricultores localizados no Semiárido, com o objetivo de executar ações que considerem as especificidades da região. Portanto, o presente estudo tem como objetivo analisar a importância das ações do PDHC, com base nos dados do Projeto Monitora UnB/Sead. De modo, a identificar a importância das ações do Projeto e os resultados das articulações para os indivíduos beneficiários do PDHC. Assim, os resultados trabalhados ao longo do artigo, evidenciam que as ações de articulação e de orientações, aos agricultores do PDHC, contribuem diretamente para a convivência com o semiárido, propiciando o acesso a políticas públicas, crédito rural e mudanças nas práticas agropecuárias, que englobam orientações técnicas que, compreendem, primordialmente, as especificidades da região do Semiárido.

Palavras-chave: Semiárido. PDHC. Desenvolvimento.

ABSTRACT

Public policies for the Brazilian semi-arid region have a historical context. However, it was noted at the beginning of this century that the results of the policies used in the region were not enough to promote development. In this way, other important initiatives came to add to existing policies. Linked to such initiatives, the Dom Hélder Camera Project (PDHC) was born, designed especially for farmers located in the semi-arid region, with the objective of implementing actions that consider the specificities of the region. Therefore, the present study aims to analyze the importance of DHCP actions, based on data from the Monitora UnB/Sead Project. In order to identify the importance of the Project's actions and the results of the articulations for the individuals benefiting from the DHCP. Thus, the results discussed throughout the article, show that the actions of articulation and guidance, to the DHCP farmers, directly contribute to the coexistence with the semi-arid region, providing access to public policies, rural credit, and changes in agricultural practices, which encompass technical guidelines that comprise, primarily, the specificities of the semi-arid region.

Keyword: Semi-arid region. PDHC. Development.

1. INTRODUÇÃO

A atividade agropecuária foi a primeira atividade de sustentação da economia da região Nordeste e ainda é, em muitos municípios, a principal atividade econômica. Muito antes da diversificação produtiva da economia local, atividades agropecuárias, como o cultivo da cana-de-açúcar e a criação de bovinos e caprinos, constituíam a base da economia regional. Segundo dados do Censo Agropecuário, atualmente, quase 2 milhões de estabelecimentos agropecuários da região são do segmento agricultura familiar e estão localizados na região semiárida.

No que se refere as políticas públicas para o Semiárido brasileiro, conforme elucidado por Santos (2014), tem-se um contexto histórico que se inicia no conhecimento, por parte da sociedade e governos, sobre as características da região por meio do primeiro registro oficial da seca, crises hídricas e forte desigualdade social presente nesse território.

Contudo, o Semiárido possui especificidades que são condicionantes naturais, como solos pouco férteis e baixa disponibilidade hídrica, e socioeconômicas (concentração fundiária, baixo nível de escolaridade, baixa renda etc.) determinam que parte significativa desses estabelecimentos sejam pouco rentáveis.

Considerando as dificuldades que possuem para atuarem de acordo com as especificidades do semiárido brasileiro, percebe-se que, tem-se o cruzamento de programas sociais e setoriais, como o Bolsa Família, o Luz para Todos, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), principalmente, com o crédito rural, o Programa de Reforma Agrária, a Previdência Social Rural. Esses programas evidenciaram que as políticas passaram a ser acionadas pelos agricultores familiares e, posteriormente, foi inserido como políticas estratégicas para o desenvolvimento

Posteriormente, em meados de 2000, outras iniciativas importantes vieram se somar as políticas já existentes. Apesar do advento desses novos programas, nas regiões mais pobres do Brasil, como o Norte e o Nordeste, constatou-se que as famílias continuavam em situação de extrema pobreza. Alguns estudos realizados sobre o Pronaf indicaram que muitas dessas famílias não tinham acesso às políticas em questão. Em outros casos, o acesso acontecia, mas os resultados eram deficientes (MDA/FAO/UFSM, 2004).

Desse modo, nasce o Projeto Dom Hélder Câmara (PDHC), como uma das respostas governamentais à ampla e histórica mobilização dos movimentos sindicais, sociais, ONG's, igrejas, especialmente da região semiárida nordestina, por ações permanentes para o desenvolvimento da agricultura familiar dessa região. O Projeto Dom Hélder Câmara (PDHC), tem como território de atuação o Semiárido do Nordeste do Brasil, com o objetivo de produzir e difundir referências que contribuam para o fortalecimento local, participativo e solidário e orientem ações de políticas públicas que possam combater a pobreza, promovendo assim o desenvolvimento rural sustentável.

Diante deste contexto, o objetivo deste trabalho é analisar a importância das ações do Projeto Dom Helder Câmara (PDHC), especialmente, para os agricultores familiares, com base nos dados do Projeto Monitora UnB/Sead. Busca-se identificar a importância das ações do Projeto, bem como, o resultado das articulações para os indivíduos público-alvo do PDHC. Para tanto, utilizou os dados oriundos do Projeto de Monitoramento e Avaliação do Projeto Dom Helder Câmara fase II, executado pelo Projeto Monitora UnB/Sead. Portanto, propõe-se gerar uma análise que contribua para o conhecimento da importância de políticas públicas, que atendam de modo específico, as reais necessidades da região semiárida brasileira.

2. CARACTERIZAÇÃO REGIÃO DO SEMIÁRIDO BRASILEIRO E SUAS POLÍTICAS PÚBLICAS

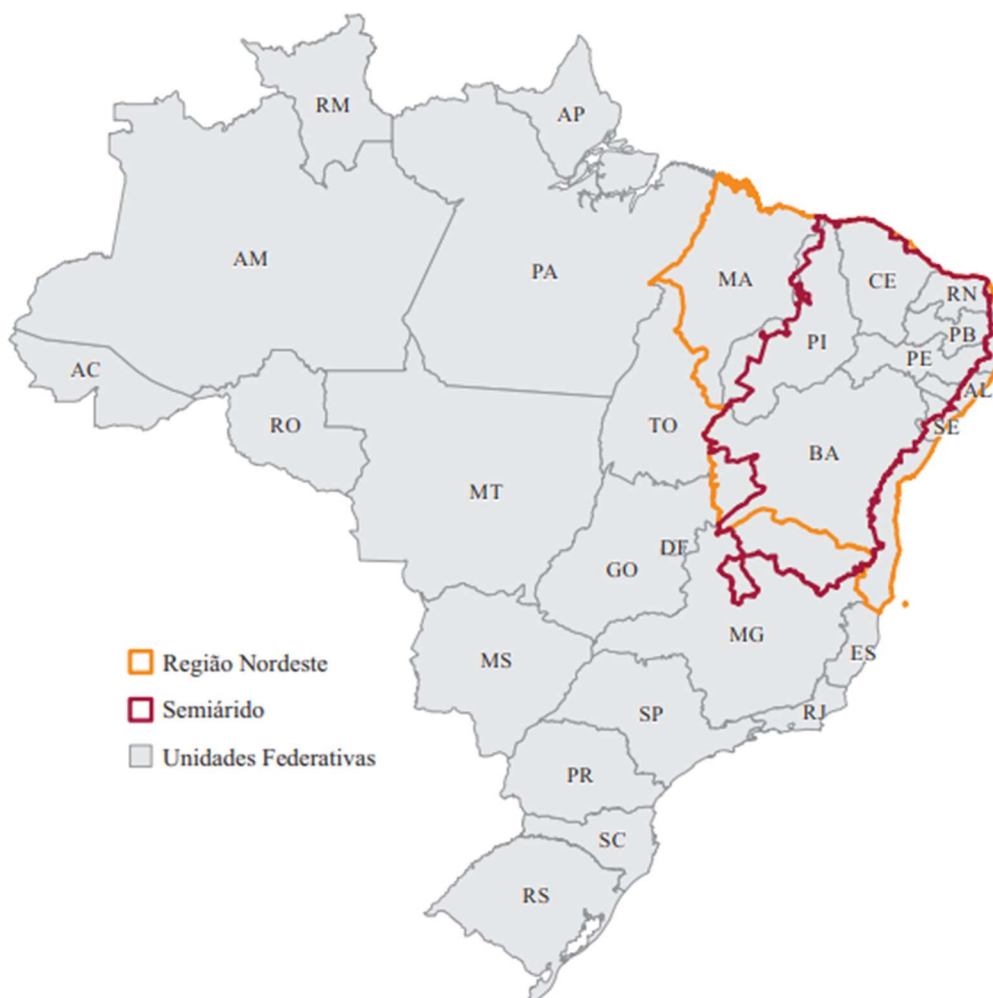
A priori, o Semiárido brasileiro ocupa uma área de 969.589 km² que inclui em sua maior parte estados localizados na região nordeste do Brasil. O Semiárido é composto pelos estados do Ceará, Rio Grande do Norte, a maior parte da Paraíba e Pernambuco, Sudeste do Piauí, Oeste de Alagoas e Sergipe, região central da Bahia e uma faixa que se estende no norte de Minas Gerais e do Espírito Santo (BRASIL, 2005). Esse território é caracterizado por se apresentar como uma região de quadros climáticos extremos, o conhecido binômio seca-chuva, sendo os efeitos provocados pelas secas, um dos maiores passivos sociais do país (Travassos et al., 2013).

Arelado ao Nordeste, cabe citar o semiárido que, refere-se a uma região que ocupa cerca 12% do território nacional (1,03 milhão de km²) e abrange 1.262 municípios brasileiros, sendo em sua maior parte situa-se no Nordeste do país e se estende pela parte setentrional de Minas Gerais (o Norte mineiro e o Vale do Jequitinhonha) e, também para

o Norte do país, com o Maranhão que foi considerado Semiárido Legal em 2017 (BRASIL, 2017). Diante disso, as políticas públicas têm como objetivo tratar as especificidades do semiárido, formulando estratégias que possibilitem maior acesso da sociedade, que atendam as demandas da população, principalmente, com foco no combate a pobreza e desenvolvimento rural.

Na figura a seguir, podemos identificar a localização geográfica da região do Semiárido:

Figura 1: Localização do Semiárido no Brasil



Fonte: IBGE, 2020.

Conforme, Caron e Sabourin (2003, p. 19), no Brasil, o Nordeste é considerado por ter má reputação. É considerada uma “região problemática”. A agricultura familiar, que ocupa a maioria da população rural, é geralmente considerada pouco produtiva e inadaptada ao contexto atual de liberalização econômica. Considerada frequentemente como pouco receptiva a inovações, de modo que, para a maioria dos agentes de

desenvolvimento e responsáveis políticos, é preciso reorganizá-la, integrá-la ao mercado, difundindo tecnologias modernas, via privilegiada para um desenvolvimento que deve ser seletivo, pois, sob sua forma atual, está condenada a desaparecer.

Com distribuição irregular das chuvas, tem-se relatos de secas na região desde o Brasil colônia, quando Capitânias solicitavam auxílio à Coroa portuguesa. Durante o século XX várias políticas foram aplicadas com o foco no combate às secas. As políticas de desenvolvimento rural reagiram à organização social regional, que a partir da Declaração do Semiárido em 1999, começam a reivindicar a mudança do foco para a convivência com as condições semiáridas da região. Nesta direção, as políticas territoriais, de compras institucionais e de erradicação da extrema pobreza inovaram com a busca de articulação das políticas públicas (Aguiar et al., 2019).

Essas especificidades levaram o Semiárido a ser caracterizado pela ausência de períodos chuvosos, secas extremas e prolongadas e carência de políticas públicas voltadas ao provimento de ações capazes de enfrentar as adversidades oriundas da estiagem que aponta para a inviabilidade do desenvolvimento das áreas afetadas pela ausência e irregularidades de chuvas, impondo inúmeras dificuldades à população (Silva et al., 2016). De modo que, a região semiárida foi classificada por muitos observadores e atuantes políticos como improdutiva, hostil e marcada pela fome da população (Ribeiro, 1999).

3. POLÍTICAS PÚBLICAS NO SEMIÁRIDO BRASILEIRO

Nota-se que os estudos sobre as políticas públicas para o semiárido têm privilegiado uma abordagem histórica, identificando fases e períodos distintos da atuação governamental na região, com o objetivo de compreender processos, mudanças, tendências e padrões e, propor melhorias e intervenções.

No decorrer do século XX, as questões envolvendo a problemática da seca tornaram-se visíveis, ou seja, os assuntos relacionados à “problemática regional” e às políticas de assistência do governo, tais como distribuição de cestas básicas, construção de açudes e barragens, entre outros mecanismos de armazenamento de água, começaram a ser discutidas na busca por ações públicas.

Nesse sentido, tem-se divisão das políticas públicas destinadas ao Semiárido brasileiro, no século passado, fortemente elaboradas sob a ótica do combate à seca (Campos, 2014). A evolução dessas políticas fomentou várias propostas para a periodização dos períodos entre as décadas de 1970 e 1990.

A priori, Carvalho (1988) propõe a periodização das políticas públicas em quatro fases: 1. a presença governamental até 1950; 2. a mudança de padrão, de 1950 a 1959; 3. a modernização com reformas de 1959 a 1964; e 4. a modernização conservadora, decorrente da implantação do regime militar. É importante destacar, no que se refere a

classificação dos períodos em que foram instituídas as políticas de seca, destaca-se que o processo teve início ainda no período do Brasil Colônia, não pela existência de políticas de combate à seca, mas por representar o período que a sociedade e o governo reconheceram a problemática do semiárido, segundo Campos (2014).

Durante o terceiro período, entre 1877 e 1958, tem-se o posicionamento efetivo do governo central para criar uma política de redução da vulnerabilidade do semiárido às secas. Neste momento, foi predominante o paradigma da construção de reservatórios. No século passado, o quarto período (1959-1991), foi impulsionado pelos pensamentos de Celso Furtado, sobre o desenvolvimento econômico de modo equilibrado da região, bem como o fortalecimento da Sudene para fundamentação de novas ações públicas.

Neste contexto, é importante destacar o relatório para o Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), coordenado por Celso Furtado (1967), que começa por negar as visões correntes de que o problema econômico e social do Nordeste decorria das secas. Em suma, o relatório excluía que a solução hidráulica se daria através da construção de açudes. O relatório ganhou visibilidade com a possibilidade de desenvolvimento do semiárido, na qual Furtado, aponta três eixos principais e simultâneos de ação transformadora no Nordeste: transferência de cursos, maior participação industrial e modificações estruturais visando o ser humano.

Segundo Pontes e Campos (2013), a história das políticas brasileiras no semiárido, tiveram por característica efetivar as estratégias para combater a seca. Como marco tem-se a criação do Instituto de Obras Contra as Secas (IOCS), em 1909, que posteriormente, em 1945, viria a se denominar Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (DNOCS). Com toda a importância que tiveram por seus relevantes estudos, suas ações basicamente eram construção de estradas e açudes. No quadro a seguir, tem-se a organização das políticas públicas por período e, seus respectivos governos, que permite compreender as divisões e implantação das políticas ao longo das décadas.

Como enfatizada na periodização defendida por Campos (2014), historicamente, as políticas de combate à seca atuavam com soluções tecnológicas descontextualizadas, sem preocupação com o desenvolvimento da economia local e desprovidas da atenção aos saberes e práticas locais. Neste aspecto, pode-se considerar o fator sociocultural como elemento indissociável para utilizar os saberes tradicionais dos atores e sujeitos relacionados: o lugar como oportunidade do evento, como espaço de construção da identidade local e os hábitos das comunidades (Pontes e Campos, 2013).

Nos últimos trinta anos, essa região vem sendo marcada por uma série de acontecimentos sociais que impulsionaram a visão da convivência com o semiárido ao invés do combate à seca, com o protagonismo de diversos atores empenhados em transformar a realidade local (Pontes & Campos, 2013).

Políticas visando melhorar a perspectiva de convivência foram desenvolvidas e implementadas na região (Carvalho et al., 2017). A “coexistência” passou do conceito à ação política, como consequência de transformações 50 estruturais, agroecológicas, sociais e gerenciais, em combinação com o fortalecimento de mecanismos de reciprocidade comunitária. Desde então, segundo Figueiredo et al. (2016) vários estudos têm sido realizados com ênfase na exteriorização da inserção de elementos mitigadores dos efeitos das secas, e em como conviver com o fenômeno.

Para Silva (2008) as transições paradigmáticas no semiárido estão fincadas no tripé economia, política e conhecimento (saberes e tecnologias), onde se pode: identificar e compreender o crescente pensamento sobre a realidade do semiárido e as alternativas propostas. Estas contribuições estão sendo cada vez mais resgatadas e fortalecidas, principalmente após o advento das questões ambientais e da valorização da cultura local, fundamentando a construção de diversas alternativas de desenvolvimento para o semiárido (Pontes & Campos, 2013).

Os estudos sobre as políticas públicas para a região têm apontado esta mudança na abordagem de convivência com o Semiárido como alternativa às ações de enfrentamento das secas. Essa modificação na abordagem do tema, pode e deve influenciar nas formulações das ações governamentais.

Nesse cenário de mudança de paradigma no semiárido, a Articulação no Semiárido Brasileiro (ASA), com cerca de 15 anos de existência, é conhecida como uma rede de articulação política com mais de mil entidades e representa uma parcela significativa da sociedade civil no contexto do semiárido, incluindo Organizações não governamentais (ONG's), sindicatos de trabalhadores rurais, cooperativas, movimentos sociais, pastorais, associações, igrejas etc. Manteve as relações com a cooperação internacional e com instâncias de governo, tanto para reivindicação de políticas públicas como para financiamento de programas.

Por fim, Pérez-Martin et al. (2017), em uma análise comparativa, das transformações que ocorreram em 10 territórios do semiárido, durante dois períodos:

- PI (1973-2001): período em que as políticas de “desenvolvimento” visavam quase exclusivamente “combater a seca e seus efeitos”; e
- PII (2002-2016): surge o conceito de coexistência com formulação de política informada de semiaridez.

Portanto, os autores ressaltam que apesar da evolução histórica, apresentada, desde o Brasil Colônia, tem-se a importância do papel do Estado na formação de políticas públicas para o desenvolvimento e redução da extrema pobreza do Semiárido.

4. METODOLOGIA

A metodologia do presente artigo, está dividida em dois pontos: abordagem teórica sobre as políticas públicas na região do Semiárido, sob um estudo de caso do Projeto Dom Helder Câmara (PDHC) e, posteriormente, análise de dados primários sobre o Projeto. Os dados trabalhados neste artigo, é oriunda do questionário estruturado a famílias de agricultores habitantes de 194 municípios do semiárido, e executado pelo Projeto Monitora UnB/Sead.

Ressalta-se, que devido a pandemia do Covid-19, os questionários foram aplicados, entre novembro/2020 e janeiro/2021, sendo realizada uma pesquisa remota, denominada “Monitora Online”, realizada pelo projeto Monitora UnB/Sead. Sendo obtidas informações de 5.107 famílias com respostas válidas.

A amostra da pesquisa, considerou os estados contidos na região Semiárida, sendo uma amostra validada pela equipe de pesquisadores do Projeto Monitora UnB/Sead, vide Tabela 1:

Tabela 1. Resultados da Amostra

ESTADO	População	Amostra	%
Alagoas	3.250	575	18%
Bahía	2.145	-	-
Ceará	9.322	307	3%
Espírito Santo	1.574	67	4%
Maranhão	2.905	562	19%
Minas Gerais	6.156	684	11%
Paraíba	5.300	531	10%
Pernambuco	9.357	1.325	14%
Piauí	5.318	299	6%
Rio Grande do Norte	4.830	416	9%
Sergipe	3.822	341	9%
Total	53.979	5.107	9%

Fonte: Projeto Monitora UnB/Sead, 2021.

4.1 Projeto Dom Helder Câmara – PDHC

O presente artigo não se debruça no estudo de caso detalhado do Projeto Dom Helder Câmara, mas propõe-se em analisar a importância da atuação deste projeto para os agricultores da região do Semiárido. Desse modo, cabe conceituar o Projeto, bem como, as suas origem e atuação.

Desse modo, sabe-se que o Projeto Dom Hélder Câmara, nasce de pressões dos movimentos sociais frente a ineficiência de determinadas políticas públicas para regiões mais pobres do Brasil, como o Norte e o Nordeste. Pois, constatou-se que as famílias continuavam em situação de extrema pobreza (MDA/FAO/UFSM, 2004). Assim, o Projeto nasce como uma das respostas governamentais.

O Projeto Dom Hélder Câmara nasce em 2001, oriundo de um acordo de empréstimo internacional, entre o extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA) das Nações Unidas (Gurgel & Oliveira, 2015).

A priori, o Projeto Dom Hélder Câmara – PDHC caracteriza-se como um programa de ações referenciais de combate à pobreza e apoio ao desenvolvimento rural sustentável no semiárido, embasado sob os conceitos de convivência e articulação com as dimensões sociopolíticas, ambientais, culturais, econômicas e tecnológicas por processos participativos de planejamento, gestão e controle social. Tendo como objetivo, contribuir para a redução da pobreza rural e das desigualdades no semiárido, mitigando os efeitos causados pelas condições climáticas adversas por meio da integração de políticas públicas federais e estaduais.

Ressalta-se que, o PDHC atua exclusivamente no território Semiárido do Brasil, com o objetivo de produzir e difundir referências que contribuam para o fortalecimento local, participativo e solidário e orientem ações de políticas públicas que possam combater a pobreza, promovendo assim o desenvolvimento rural sustentável.

Ao longo da sua primeira fase (2001 – 2015), o Projeto se consolidou, fundamentalmente, por desenvolver uma proposta de Assessoria Técnica Permanente, multidimensional, diferenciada, concebida como uma ação contínua e sistêmica, focada nas demandas, objetivos e áreas de resultado de interesse das famílias beneficiárias e referendada em posicionamento técnico e avaliações participativas que garantem a viabilidade das proposições apresentadas. Após o considerado sucesso do Projeto, obteve financiamento para execução da sua segunda fase.

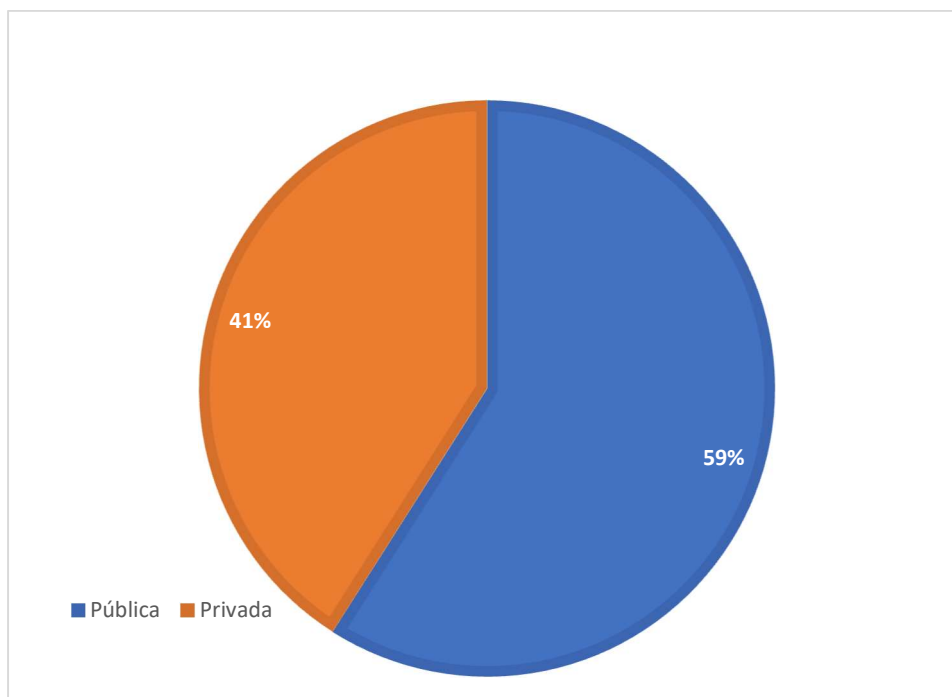
5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Considerando parte dos dados coletados pela equipe de campo do Projeto Monitora UnB/Sead, aplicado as 5.107 famílias de agricultores habitantes dos municípios da região do semiárido, foi possível extrair informações referentes ao resultado de determinadas ações do Projeto Dom Hélder Câmara, como por exemplo, as atividades de orientação aos agricultores e os serviços de assistência técnica aplicado por empresas públicas e/ou privadas que atuam no âmbito do PDHC.

De modo geral, a Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) é o eixo central do PDHC, executada por organizações públicas e privadas, coordenadas pela Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (ANATER).

A atuação das empresas de Ater, no semiárido, apoiadas pelo PDHC, divide-se em empresas privadas e públicas, conforme a Gráfico 1:

Gráfico 1: Tipos de Empresas de Ater atuantes no PDHC



Fonte: Projeto Monitora UnB/Sead, 2021

Os dados apresentados, no Gráfico acima, mostram que as empresas participantes se dividem entre públicas e privadas, sendo a maior participação deu-se por parte das empresas públicas (59%). Este resultado aponta que, o PDHC vem valorizando as empresas públicas na aplicação da Ater, como modo de fortalecimento da instituição.

Cabe salientar que os técnicos de Ater são atores importantes nas ações do PDHC, principalmente, no âmbito de orientações técnicas referentes ao manejo agropecuário, incluindo orientações sobre formas de comercialização e escoamento da produção dos agricultores, melhorias na produção, armazenamento e comercialização e informações sobre acesso as políticas públicas.

Nesse sentido, a Tabela 2, apresenta dados relacionados ao recebimento de informações de programas governamentais, dessa maneira, verifica-se que 94% dos entrevistados, receberam alguma informação referente aos programas governamentais, seja informando sobre a existência ou auxiliando em como o agricultor pode acessar determinados programas.

Tabela 2: Agricultores que receberam informações sobre programas governamentais

Recebeu informações sobre programas governamentais	Total da amostra
Sim, sobre o Fomento Produtivo	46%
Sim, sobre o auxílio emergencial do Governo Federal	43%
Sim, sobre o Bolsa Família	47%
Sim, sobre os Benefícios da Prestação Continuada (BPC)	5%
Sim, sobre a Aposentadoria ou Pensão	8%
Sim, sobre o Garantia Safra	50%
Sim, sobre o Luz para Todos	9%
Sim, sobre o Programa Água para Todos (cisternas, 2ª água)	19%
Sim, sobre a Organização Produtiva de Mulheres Rurais	15%
Sim, sobre a Documentação da Trabalhadora Rural	16%
Sim, sobre o Bolsa Verde	1%
Sim, sobre Outros Programas	16%
Não recebi informações	6%

Fonte: Projeto Monitora UnB/Sead, 2021

Destaca-se que a metade dos agricultores atendidos pelo PDHC foi informada sobre o programa “garantia safra” (50%). A segunda maior porcentagem refere-se à “bolsa família” (47%), logo em seguida, tem-se o “fomento produtivo” (46%) e “auxílio emergencial” do Governo Federal (43%). Por fim, percebemos que o programa “bolsa verde” teve o menor índice com apenas (1%). Vale pontuar que o processo de articulação e informação de políticas públicas é central no PDHC na promoção do desenvolvimento local e da agricultura familiar no semiárido.

Consoante, as orientações sobre programas governamentais, o acesso ao crédito para os agricultores familiar da região do semiárido brasileiro, obtém caráter de melhorias básicas para a vivência e convivência com o Semiárido. Nesse sentido, ao serem questionados sobre acesso ao crédito rural após o início das ações do PDHC, é considerado o número de agricultores que afirmaram obter crédito rural (vide Tabela 3):

Tabela 3: Agricultores que acessaram crédito rural após o início do PDHC

Acessou crédito rural após início PDHC	Total da amostra
Sim	49%
Não	45%
Não responderam / sem declaração	6%
Total	100%

Fonte: Projeto Monitora UnB/Sead, 2021

O resultado apresentado, na Tabela 3 acima, sobre o acesso ao crédito rural após o início do PDHC, demonstra que quase a metade dos beneficiários (49%) acessaram o

crédito rural, mas o índice que não acessou o crédito rural (45%) ainda é considerado elevado. Pois, considera-se que o papel do crédito rural está relacionado na geração de oportunidades para os pequenos agricultores, principalmente, na melhoria e alavancagem produtiva dos seus sistemas.

Para além das ações no âmbito de programas governamentais e de estado, as orientações aos beneficiários do PDHC, também está atrelada na orientação sobre novas práticas agropecuárias, desde o início dos cultivos, indo para a fazer de armazenamento, até a comercialização dos produtos. Nesse âmbito, ao serem questionados sobre a adoção de novas práticas, notou-se a presença de novas ações por parte dos agricultores (vide Tabela 4):

Tabela 4: Práticas iniciadas com apoio do PDHC

Prática iniciada com apoio do PDHC	Total da amostra
Ração balanceada para os animais	39%
Sementes e mudas de qualidade	19%
Técnicas de produção de mudas	5%
Passei a congelar o pescado em freezers	1%
Passei a utilizar animais reprodutores/matrizes de boa qualidade	20%
Passei a utilizar pintos de 1 dia de boa procedência e vacinados	13%
Cultivo de leguminosas e banco de proteína, visando melhorar a nutrição das minhas criações, e assim melhorar as áreas de pastagem	7%
Consortiar o roçado (exemplo: plantio consorciado de milho e feijão)	34%
Preservar e/ou recuperar a mata nativa, que poderá servir de pastagem para os animais incluindo as abelhas	11%
Passei a utilizar esterco ou biofertilizantes	17%
Adotei técnicas da compostagem	4%
Passei a utilizar defensivos naturais para combater pragas e doenças	14%
Técnicas de irrigação localizada	5%
Técnicas de conservação do solo e da água	10%
Técnicas de convivência com o Semiárido	11%
Técnicas de manejo das criações, como por exemplo, vacinação, alimentação, separação por categoria e etc.	19%
Adoção de tecnologia social (exemplo: cisterna, biodigestor, fogão ecológico, reuso de água e outros)	7%
Aumentou os cuidados e produção nos quintais produtivos	18%
Técnicas de artesanato aprimorada	2%
Técnicas de serviços de corte e costura	1%
Deixou de usar/comprar ração transgênica	3%
Deixou de usar agrotóxicos	17%
Outra	8%
Adotaram alguma das práticas acima	88%
Não praticaram nada novo	12%

Fonte: Projeto Monitora UnB/Sead, 2021

Os dados coletados, conforme Tabela 4, demonstram que a maioria dos entrevistados adotaram uma nova prática (88%), com o apoio das orientações advindas do PDHC. A prática mais expressiva foi a “ração balanceadas para os animais” (39%), a segunda maior prática adotada foi relacionada a utilização de matrizes de animais de boa qualidade (20%). Por fim, destaca-se a baixa adesão à prática de compostagem (4%), mesmo sendo uma técnica considerada de fácil acesso.

Em suma, destaca-se que, com o auxílio das orientações e assistência técnica do PDHC aos beneficiários do Projeto, foi possível que os agricultores adotassem novas práticas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo teve como objetivo analisar o efeito das ações do Projeto Dom Hélder Câmara (PDHC), para os agricultores familiares da região do Semiárido, com base nos dados do Projeto Monitora UnB/Sead, oriundo de pesquisa aplicada a 5.107 agricultores. Desse modo, buscou-se identificar a importância das ações empregado pelo Projeto, bem como, o resultado das articulações para os indivíduos beneficiários do PDHC.

Desse modo, evidenciou-se o papel da Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) como o eixo central do PDHC, executada por organizações públicas e privadas. As ações de Ater, evidenciaram a importâncias das orientações e articulação dos técnicos aos agricultores. Os dados explanam que o acesso a políticas públicas, crédito rural e novas práticas agropecuárias foram alavancados após o PDHC.

A priori, verifica-se que 94% dos entrevistados, receberam alguma informação sobre programas governamentais que podem ser acessados pelos agricultores e, gerar benefícios que ultrapassam os limites de atuação do PDHC. Além disso, no que se refere ao acesso ao crédito rural, após o início do PDHC, notou-se que quase a metade dos beneficiários acessaram o crédito rural, possibilitando novas oportunidades, como o aumento produtivo, qualidade de produtos, entre outros.

Contudo, o índice dos agricultores que ainda não acessaram o crédito rural ainda é considerado elevado, tendo em vista a importância do papel do crédito rural para a geração de oportunidades, principalmente, na melhoria dos seus estabelecimentos agropecuários, acredita-se que tal dimensão deve ser explorada pelo Projeto.

No que se refere as novas práticas, demonstrou-se que a maioria dos entrevistados adotaram uma nova prática, como uso de ração balanceada para animais, sementes e mudas de maior qualidade, uso de animais reprodutores/matrizes de boa qualidade, abandono do uso agrotóxicos, entre outras práticas, que ocorreram por meio de orientações do PDHC para com os agricultores.

Em suma, ressalta-se que o processo de articulação e informação de políticas públicas, é considerada uma ação central no PDHC, pois por meio desta articulação, torna-se possível a promoção do desenvolvimento local e da agricultura familiar no semiárido.

Diante deste cenário de ações do PDHC, e a proposta de gerar uma análise que contribua para o conhecimento da importância de políticas públicas, que atendam as reais necessidades, entendendo as especificidades e características da população da região semiárida brasileira, as respostas dos agricultores da amostra do presente estudo, evidenciam que as ações do PDHC contribuem diretamente para a convivência com o semiárido no acesso a políticas públicas e mudanças de práticas agropecuárias de acordo com orientações técnicas que compreendem a especificidade da região do Semiárido brasileiro.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, L. C., DELGROSSI, M. E., de OLIVEIRA, L. G., ÁVILA, M. L. As políticas públicas no semiárido brasileiro: uma revisão de literatura. **Revista Econômica do Nordeste**, 50(2), 9-22., 2019.

BRASIL. MDA. Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário. **Projeto Dom Helder Câmara Renova a Esperança no Semiárido**. Disponível em: <www.mda.gov.br/sitemda/noticias/projeto-d-helder-c%3%A2mara-renova-esperan%3%A7a-no-semi%3%A1rido>; Acesso: 11 junho 2022.

CAMPOS, J. N. B. Secas e políticas públicas no semiárido: ideias, pensadores e períodos. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, v. 28, n. 82, out./dez. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142014000300005>. Acesso em: Acesso: 11 junho 2022.

CARON, P.; SABOURIN, E. **Camponeses do sertão: mutação das agriculturas familiares no Nordeste do Brasil**. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2003

CARVALHO, O. de. As secas e seus impactos. In: BRASIL. Agência Nacional de Águas; Centro de Gestão e Estudos Estratégicos. **A questão da água no Nordeste**. Brasília, DF: ANA; CGEE, 2012. p. 45-99. Disponível em: <www.cgee.org.br/documents/10195/734063/agua_nordeste_v3_15032012_9533.pdf/882cd238-4457-45d7-91cf-77ead5b3da59?version=1.4>. Acesso em: 11 junho 2022.

FIGUEIREDO, S. C. S.; SARAIVA JÚNIOR, J. C.; FIGUEIREDO, J. S. Política de combate dos efeitos da seca no semiárido potiguar: o caso de Riacho do Sangue em Macaíba/RN, 2002-2010. **Caderno de Geografia**, Belo Horizonte: PUC-MG, v. 26, n. 45, p. 201-223, 2016. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=333243260013>>. Acesso em: 11 junho 2022.

FURTADO, C. **GTDN: uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste**. Recife: Sudene, 1967.

PÉREZ-MARIN, A. M. et al. Agroecological and social transformations for coexistence with semi-aridity in Brazil. **Sustainability**, v. 9, n. 6, June 2017. Disponível em: <<https://www.mdpi.com/2071-1050/9/6/990/htm>>. Acesso em: 11 junho 2022

PONTES, E. T. M.; CAMPOS, H. L. Convivência com o semiárido: potencialidades, limitações e ações. **Breves contribuciones del Instituto de Estudios Geográficos**, n. 24, p. 193-212, 2013. Disponível em: <http://filo.unt.edu.ar/wpcontent/uploads/2016/02/Breves-IEG-24-completa.pdf>>. Acesso em: 11 junho 2022

RIBEIRO, R. W. **Seca e determinismo**: a gênese do discurso do semi-árido nordestino. Anuário do Instituto de Geociências – UFRJ, v. 22, 1999. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/document/17172556/SECA-E-DETERMINISMO>>. Acesso em: 11 junho 2022

SANTOS, A. R. R.; SANTOS, C. A.; SANTOS, A. R. As relações de poder no semiárido nordestino. **Revista Ambivalências**, v. 2, n. 4, p. 151-164, 2014.

SILVA, B. C. O. et al. **Os paradigmas da seca no semiárido brasileiro**: das políticas de combate à concepção de convivência com o fenômeno. Paraíba, 2016.

TRAVASSOS, I. S.; SOUZA, B. I.; SILVA, A. B. Secas, desertificação e políticas públicas no semiárido nordestino brasileiro. **Revista OKARA: Geografia em Debate**, João Pessoa, PB: UFPB, v. 7, n. 1, p. 147-164, 2013.